



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE MIRANDÓPOLIS

Conforme Lei Orgânica Municipal

www.mirandopolis.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/mirandopolis

Segunda-feira, 11 de novembro de 2024

Ano VIII | Edição nº 1440

Página 1 de 10

SUMÁRIO

Poder Executivo	2
Atos Oficiais	2
Leis	2
LEIS COMPLEMENTARES	2
Decretos	6
Licitações e Contratos	9
Extrato	9
Homologação / Adjudicação	9
Vigilância Sanitária	9
Comunicados	9

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Mirandópolis, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Mirandópolis poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.mirandopolis.sp.gov.br Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/mirandopolis

As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Mirandópolis

CNPJ 44.438.968/0001-70
Rua das Nações Unidas, 400
Telefone: (18) 3701-9000
Site: www.mirandopolis.sp.gov.br
Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/mirandopolis

Câmara Municipal de Mirandópolis

CNPJ 51.103.950/0001-82
Praça Papa João XXIII, 115
Telefone: (18) 3701-1800
Site: www.cmmirandopolis.sp.gov.br

Instituto de Previdência Municipal de Mirandópolis

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirandópolis



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Mirandópolis garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.mirandopolis.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/mirandopolis



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE MIRANDÓPOLIS

Conforme Lei Orgânica

Segunda-feira, 11 de novembro de 2024

Ano VIII | Edição nº 1440

Página 2 de 10

PODER EXECUTIVO

Atos Oficiais

Leis

LEI Nº 3 2 3 5 / 2024

Dispõe sobre a denominação de Rua de Sede e dá outras providências.

EDERSON PANTALEÃO DE SOUZA, Prefeito do Município de Mirandópolis, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que,

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDOPOLIS** aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - A Rua 08 (oito), localizada no bairro JARDIM SAMPAIO II, passa a denominar-se: “ **RUA ANTÔNIO MENEGATI** ”.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Município de Mirandópolis, 05 de novembro de 2024.

EDERSON PANTALEÃO DE SOUZA

Prefeito

Afixada no Expediente da Prefeitura do Município de Mirandópolis e registrada na Diretoria de Gestão Administrativa, data supra.

FLAVIO AUGUSTO ANTONIO

Diretor de Gestão Administrativa

LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 130 / 2024

“Dispõe sobre o procedimento para a instalação de infraestrutura de suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR autorizada pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, nos termos da Legislação Federal vigente.”

EDERSON PANTALEÃO DE SOUZA, Prefeito do Município de Mirandópolis, Estado de São Paulo, no uso de suas legais, faz saber que:

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDOPOLIS** aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Procedimento para instalação no município de Infraestrutura de Suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação - ETR, ETR Móvel e ETR de Pequeno Porte, cadastrados, autorizados e/ou homologados pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, fica

disciplinado por esta Lei Complementar, observado o disposto na legislação e na regulamentação federal pertinente.

Parágrafo único. Não estão sujeitas às prescrições previstas nesta lei complementar os radares militares e civis, com propósito de defesa ou controle de tráfego aéreo, bem como as infraestruturas de radionavegação aeronáutica e as de telecomunicações aeronáuticas, fixas e móveis, destinadas a garantir a segurança das operações aéreas, cujos funcionamentos deverão obedecer à regulamentação própria.

Art. 2º Para os fins de aplicação desta lei complementar, adotar-se-ão as normas expedidas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e as seguintes definições:

I - Área Precária: área sem regularização fundiária;

II - Detentora: pessoa física ou jurídica que detém, administra ou controla, direta ou indiretamente, uma infraestrutura de suporte;

III - Estação Transmissora de Radiocomunicação (ETR): conjunto de equipamentos ou aparelhos, dispositivos e demais meios necessários à realização de comunicação, incluindo seus acessórios e periféricos, que emitem radiofrequências, possibilitando a prestação dos serviços de telecomunicações;

IV - Estação Transmissora de Radiocomunicação Móvel: ETR implantada para permanência temporária com a finalidade de cobrir demandas emergenciais e/ou específicas, tais como eventos, situações calamitosas ou de interesse público;

V - Estação Transmissora de Radiocomunicação de Pequeno Porte: aquela que apresenta dimensões físicas reduzidas conforme definição do artigo 15 do Decreto Federal 10.480, de 01 de setembro de 2020, e aptas a atender aos critérios de baixo impacto visual, tais como:

a) ETR cujos equipamentos sejam harmonizados, enterrados ou ocultados em obras de arte, mobiliário ou equipamentos urbanos; e/ou

b) As instaladas em postes de energia ou postes de iluminação pública, estruturas de suporte de sinalização viária, camuflados ou harmonizados em fachadas de prédios residenciais e/ou comerciais, os de baixo impacto, os sustentáveis, os de estrutura leves e/ou postes harmonizados que agreguem os equipamentos da ETR em seu interior;

c) ETR cuja instalação não dependa da construção civil de novas infraestruturas de suporte ou não impliquem na alteração da edificação existente no local;

VI - Instalação Externa: Instalação em locais não confinados, tais como, torres, postes, totens, topo de edificações, fachadas, caixas d'água etc.;

VII - Instalação Interna: Instalação em locais internos, tais como no interior de edificações, túneis, centros comerciais, aeroportos, centros de convenção, shopping centers e malls, estádios etc.;

VIII - Infraestrutura de Suporte: meios físicos fixos



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE MIRANDÓPOLIS

Conforme Lei Orgânica

Segunda-feira, 11 de novembro de 2024

Ano VIII | Edição nº 1440

Página 3 de 10

utilizados para dar suporte a redes de telecomunicações, entre os quais postes, torres, mastros, armários, estruturas de superfície e estruturas suspensas;

IX - Poste: infraestrutura vertical cônica e auto suportada, de concreto ou constituída por chapas de aço, instalada para suportar as ETR's;

X - Poste de Energia ou Poste de Iluminação Pública: infraestrutura de madeira, cimento, ferro ou aço destinada a sustentar linhas de transmissão e/ou distribuição de energia elétrica e iluminação pública, que pode suportar ETR's;

XI - Prestadora: Pessoa jurídica que detém concessão, permissão ou autorização para exploração de serviços de telecomunicações;

XII - Torre: infraestrutura vertical transversal triangular ou quadrada, treliçada, que pode ser do tipo auto suportada ou estaiada;

XIII - Radiocomunicação: telecomunicação que utiliza frequências radioelétricas não confinadas a fios, cabos ou outros meios físicos.

Art. 3º As Estações Transmissoras de Radiocomunicação e as respectivas Infraestruturas de Suporte ficam enquadradas na categoria de equipamento urbano e são considerados bens de utilidade pública e relevante interesse social, conforme disposto na legislação e regulamentação federal aplicáveis, podendo ser implantadas, compartilhadas e utilizadas, de acordo com a Lei Complementar nº 97, de 20 de dezembro de 2004, e desde que atendam exclusivamente ao disposto nesta lei complementar.

§ 1º Em bens privados, é permitida a instalação e o funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação e de infraestrutura de suporte com a devida autorização do proprietário do imóvel ou, quando não for possível, do possuidor do imóvel, mesmo que situado em Área Precária.

§ 2º Nos bens públicos municipais de todos os tipos, é permitida a implantação da infraestrutura de suporte e a instalação e funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação mediante Permissão, dispensada a licitação.

§ 3º O valor da contrapartida da permissão a que se refere o § 2º deste artigo será o valor base, calculado de acordo com o valor médio de mercado de locação de imóveis territoriais.

§ 4º O valor base deverá ser reavaliado periodicamente no prazo máximo de 02 (dois) anos, conforme as condições de mercado, sendo reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou outro índice que vier a substituí-lo.

§ 5º Em razão da utilidade pública e relevante interesse social para a implantação da infraestrutura de suporte e a instalação e funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação, o Município pode ceder o uso do bem público de uso comum na forma prevista no § 2º para qualquer particular interessado em

realizar a instalação de Infraestrutura de suporte, incluindo prestadoras ou detentoras sem limitação ou privilégio.

§ 6º A permissão de bem público de uso comum não se dará de forma exclusiva, ressalvados os casos em que sua utilização por outros interessados seja inviável ou puder comprometer a instalação de infraestrutura.

Art. 4º Como forma de contrapartida pela utilização do espaço público, o Município de Mirandópolis poderá exigir, por meio de doação em pagamento ou outra forma juridicamente viável, obras, sistemas, serviços e tecnologias que atendam ao interesse público.

Parágrafo único. Quando a contraprestação se der na forma do *caput* deste artigo, poderá ser aplicado um redutor no valor mensal da permissão de uso, calculada conforme disposto no artigo 3º desta lei complementar, de acordo com o interesse público.

Art. 5º Não estará sujeita ao licenciamento municipal estabelecido nesta lei complementar, bastando aos interessados comunicar previamente a implantação e funcionamento ao órgão municipal encarregado de licenciamento urbanístico:

- I - ETR Móvel;
- II - ETR de Pequeno Porte;
- III - ETR em Área Internas;
- IV - substituição da infraestrutura de suporte para ETR já licenciada; e
- V - compartilhamento de infraestrutura de suporte e ETR já licenciada.

Art. 6º O limite máximo de emissão de radiação eletromagnética, considerada a soma das emissões de radiação de todos os sistemas transmissores em funcionamento em qualquer localidade do Município, será aquele estabelecido em legislação e regulamentação federal para exposição humana aos campos elétricos, magnéticos ou eletromagnéticos.

Parágrafo único. Os órgãos municipais deverão oficiar ao órgão regulador federal de telecomunicações no caso de eventuais indícios de irregularidades quanto aos limites legais de exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos.

Art. 7º A instalação de novas Infraestruturas de Suporte levará em conta a redução do impacto urbanístico, bem como observará as condições de compartilhamento de infraestruturas previstas nas regulamentações federais pertinentes.

§ 1º A expedição da licença para instalação de nova Infraestrutura de Suporte será precedida de avaliação de eventual capacidade excedente nas infraestruturas existentes no entorno do local da pretendida instalação.

§ 2º É obrigatório o compartilhamento da capacidade excedente de Infraestruturas de Suporte existentes, exceto quando houver justificado motivo técnico.

§ 3º A construção e a ocupação de Infraestruturas de Suporte devem ser planejadas e executadas com vistas a permitir seu compartilhamento pelo maior número possível de prestadoras.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE MIRANDÓPOLIS

Conforme Lei Orgânica

Segunda-feira, 11 de novembro de 2024

Ano VIII | Edição nº 1440

Página 4 de 10

CAPÍTULO II DAS RESTRIÇÕES DE INSTALAÇÃO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Art. 8º Visando à proteção da paisagem urbana, a instalação externa das infraestruturas de suporte deverá atender às seguintes disposições para viabilizar as ETR's:

I - Em relação à instalação de torres, 3,00m (três metros), do alinhamento frontal, e 1,50m (um metro e meio), das divisas laterais e de fundos, sempre contados a partir do eixo da base da torre em relação à divisa do imóvel ocupado;

II - Em relação à instalação de postes, 1,50m (um metro e meio) do alinhamento frontal, das divisas laterais e de fundos, sempre contados a partir do eixo do poste em relação à divisa do imóvel ocupado.

Parágrafo único. Poderá ser autorizada a implantação de infraestrutura de suporte sem observância das limitações previstas neste artigo, nos casos de impossibilidade técnica para sua implantação, devidamente justificada junto aos órgãos municipais competentes pelo interessado, mediante laudo que justifique a necessidade de sua instalação e indique os eventuais prejuízos caso não seja realizado.

Art. 9º Poderá ser admitida a instalação de abrigos de equipamentos da Estação transmissora de radiocomunicação nos limites do terreno, desde que:

I - Não exista prejuízo para a ventilação do imóvel vizinho;

II - Não seja aberta janela voltada para a edificação vizinha.

Art. 10. A instalação dos equipamentos de transmissão, containers, antenas, cabos e mastros no topo e fachadas de edificações é admitida, desde que sejam garantidas condições de segurança previstas nas normas técnicas e legais aplicáveis para as pessoas no interior da edificação e para aquelas que acessarem o topo do edifício.

§ 1º Nas ETR's e infraestrutura de suporte instaladas em topos de edifícios não deverão observar o disposto nos incisos I e II do art. 7º da presente lei complementar.

§ 2º Os equipamentos elencados no *caput* deste artigo obedecerão às limitações das divisas do terreno do imóvel, não podendo apresentar projeção que ultrapasse o limite da edificação existente para o lote vizinho, quando a edificação ocupar todo o lote próprio.

Art. 11. Os equipamentos que compõem a ETR deverão receber, se necessário, tratamento acústico para que o ruído não ultrapasse os limites máximos permitidos e estabelecidos em legislação pertinente.

Art. 12. A implantação das ETR's deverá observar as seguintes diretrizes:

I - Redução do impacto paisagístico, sempre que tecnicamente possível e economicamente viável, nos termos da legislação federal;

II - Priorização da utilização de equipamentos de infraestrutura já implantados, como redes de iluminação pública, sistemas de videomonitoramento público,

distribuição de energia e mobiliário urbano; e

III - priorização do compartilhamento de infraestrutura no caso de implantação em torres de telecomunicação e sistema rooftop.

CAPÍTULO III DA OUTORGA DO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO, DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE OBRA E AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

Art. 13. A implantação das Infraestruturas de suporte para equipamentos de telecomunicações depende da expedição de Alvará de Construção.

Art. 14. A atuação e eventual autorização do órgão ambiental competente somente será necessária quando se tratar de instalação em Área de Preservação Permanente ou Unidade de Conservação.

Parágrafo único. O processo de licenciamento ambiental, quando for necessário, deverá ser solicitado junto à Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB.

Art. 15. O pedido de Alvará de Construção será apreciado pelo órgão municipal competente e abrangerá a análise dos requisitos básicos a serem atendidos nas fases de construção e instalação, observadas as normas da ABNT, e deverá ser instruída pelo Projeto Executivo de Implantação da infraestrutura de suporte para estação transmissora de radiocomunicação e a planta de situação elaborada pela requerente, com atendimento da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Código de Obras e Código de Posturas.

Parágrafo único. Para solicitação de emissão do Alvará de Construção deverão ser apresentados os seguintes documentos:

I - Requerimento;

II - Projeto executivo de implantação da infraestrutura de suporte e respectiva(s) ART(s);

III - Autorização do proprietário ou, quando não for possível, do possuidor do imóvel;

IV - Contrato / Estatuto social da empresa responsável e comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

V - Procuração emitida pela empresa responsável pelo requerimento de expedição do Alvará de Construção, se o caso;

VI - Comprovante de quitação de Taxa de Licença de Execução de Obras Particulares - TLEOP;

VII - Certidão de Viabilidade;

VIII - Laudo Radiométrico;

IX - Estudo de Impacto de Vizinhança.

Art. 16. O Alvará de Construção, autorizando a implantação das Infraestruturas de suporte para equipamentos de telecomunicações, será concedido quando verificada a conformidade das especificações constantes do Projeto executivo de implantação com os termos desta lei complementar.

Art. 17. Após a instalação da infraestrutura de suporte, a Detentora deverá requerer ao órgão municipal



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE MIRANDÓPOLIS

Conforme Lei Orgânica

Segunda-feira, 11 de novembro de 2024

Ano VIII | Edição nº 1440

Página 5 de 10

competente a expedição do Habite-se.

Parágrafo único. O Habite-se terá prazo indeterminado, atestando que a obra foi executada, conforme projeto aprovado.

Art. 18. O prazo para análise dos pedidos e outorga do Alvará de Construção, bem como do Habite-se, será o previsto no Código de Obras.

Art. 19. Na hipótese de compartilhamento, fica dispensada a empresa compartilhante de requerer Alvará de Construção, da Autorização Ambiental emitida pela CETESB e do Habite-se, nos casos em que a implantação da detentora já esteja devidamente regularizada.

CAPÍTULO IV DA FISCALIZAÇÃO

Art. 20. A fiscalização do atendimento aos limites referidos no art. 5º desta lei complementar para exposição humana aos campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos gerados por estações transmissoras de radiocomunicação, bem como a aplicação das eventuais sanções cabíveis, serão efetuadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, nos termos dos artigos 11 e 12, inciso V, da Lei Federal nº 11.934, de 05 de maio de 2009.

Art. 21. Constatado o desatendimento de quaisquer dos requisitos estabelecidos nesta lei complementar, o órgão outorgante deverá intimar a prestadora responsável para que no prazo de 30 (trinta) dias proceda às alterações necessárias à adequação.

CAPÍTULO V DAS PENALIDADES

Art. 22. Constituem infrações à presente lei complementar:

I - Instalar e manter no território municipal infraestrutura de suporte para estação transmissora de radiocomunicação sem o respectivo Alvará de Construção, autorização ambiental da CETESB, quando aplicável, e Habite-se, ressalvadas as hipóteses previstas nesta lei complementar;

II - Prestar informações falsas.

Art. 23. Às infrações tipificadas nos incisos do artigo anterior aplicam-se as seguintes penalidades:

I - Notificação de Advertência, na primeira ocorrência;

II - Multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais), para instalação de ETR sem a respectiva licença; e

III - Multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para casos de prestação de informações falsas.

Parágrafo único. Os valores referidos nos incisos II e III serão reajustados anualmente pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Art. 24. As multas a que se refere esta lei complementar devem ser recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias, contados da sua imposição ou da decisão condenatória definitiva, sob pena de serem inscritas em Dívida Ativa.

Art. 25. A empresa notificada ou autuada por infração à presente lei complementar poderá apresentar defesa,

dirigida ao órgão responsável pela notificação ou autuação, com efeito suspensivo da sanção imposta, no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação ou autuação.

Art. 26. Caberá recurso em última instância administrativa das autuações expedidas com base na presente lei complementar ao Prefeito, também com efeito suspensivo da sanção imposta.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 27. Todas as Estações Transmissora de Radiocomunicação que se encontrem em operação na data de publicação desta lei complementar, ficam sujeitas à verificação do atendimento aos limites estabelecidos no art. 5º, através da apresentação da Licença Para Funcionamento de Estação expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), sendo que as licenças já emitidas continuam válidas.

§ 1º Fica concedido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da publicação desta lei complementar, podendo ser prorrogado por igual período a critério do Executivo Municipal, para que as prestadoras apresentem a Licença para Funcionamento de Estação expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações para as Estações Rádio Base referidas no *caput* deste artigo e requeiram a expedição de documento comprobatório de sua regularidade perante o Município.

§ 2º O prazo para análise do pedido referido no parágrafo acima será de 30 (trinta) dias contados da data de apresentação do requerimento acompanhado da Licença para Funcionamento de Estação expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações para a Estação transmissora de radiocomunicação.

§ 3º Findo o prazo estabelecido no parágrafo acima, se o órgão municipal não houver finalizado o processo de expedição de documento comprobatório de regularidade, a empresa requerente estará habilitada a continuar operando a Estação transmissora de radiocomunicação de acordo com as condições estabelecidas na licença para funcionamento da ANATEL, até que o documento seja expedido.

§ 4º Após as verificações ao disposto neste artigo e com o cumprimento dos prazos estabelecidos e apresentação da Licença Para Funcionamento de Estação expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações, cabe ao Poder Público Municipal emitir Termo de Regularidade da Estação transmissora de radiocomunicação.

Art. 28. As infraestruturas de suporte para equipamentos de telecomunicações que estiverem implantadas até a data de publicação desta lei complementar e não estejam ainda devidamente licenciadas perante o Município, nos termos desta lei complementar, ficam sujeitas à verificação do atendimento aos requisitos aqui estabelecidos.

§ 1º Fica concedido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta lei complementar, podendo ser renovado por igual período a critério do



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE MIRANDÓPOLIS

Conforme Lei Orgânica

Segunda-feira, 11 de novembro de 2024

Ano VIII | Edição nº 1440

Página 6 de 10

Executivo Municipal, para que as detentoras apresentem os documentos relacionados no parágrafo único do art. 14 desta lei complementar e requeiram a expedição de documento comprobatório de sua regularidade perante o Município.

§ 2º Nos casos de não cumprimento dos parâmetros da presente lei complementar, será concedido o prazo de 02 (dois) anos para adequação das infraestruturas de suporte mencionadas no *caput*.

§ 3º Durante os prazos dispostos nos §§ 1º e 2º deste artigo, não poderão ser aplicadas sanções administrativas às detentoras de infraestrutura de suporte para Estação transmissora de radiocomunicação motivadas pela falta de cumprimento da presente lei complementar.

§ 4º Após os prazos dispostos nos §§ 1º e 2º deste artigo, no caso da não obtenção pela detentora do documento comprobatório da regularidade da Estação perante o Município ou apresentação do laudo técnico ou documento similar que demonstre a necessidade da permanência da infraestrutura, será determinada a remoção da estrutura, que deverá ser executada no prazo de 60 (sessenta) dias contados do recebimento da intimação.

Art. 29. Em casos eventuais de necessidade de remoção de uma Estação transmissora de radiocomunicação, a detentora terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da comunicação da necessidade de remoção pelo Poder Público, para protocolar o pedido de autorização urbanística para a infraestrutura de suporte que irá substituir a Estação a ser remanejada.

Art. 30. Esta lei complementar poderá ser regulamentada por decreto.

Art. 31. Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei Municipal nº 1.327, de 29 de maio de 2001, e as demais disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mirandópolis, aos 05 de novembro de 2024.

EDERSON PANTALEÃO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Afixada no Expediente da Prefeitura do Município de Mirandópolis e registrada na Diretoria de Gestão Administrativa, data supra.

FLÁVIO AUGUSTO ANTÔNIO
Diretor de Gestão Administrativa

Decretos

DECRETO Nº 4048/2024
(Lei nº 3228/2024)

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e dá outras providências.

EDERSON PANTALEÃO DE SOUZA, Prefeito do

Município de Mirandópolis, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional na importância de R\$ 1.358.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+)			1.358.000,00	
Anulação				
04 01 01	AUTARQUIA - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO MIRANDÓPOLIS			
6	17.512.0260.2092.0000	ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	11.000,00	
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA		F.R.: 0 04 00
	04	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
110 000	GERAL			
7	17.512.0260.2092.0000	ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	1.347.000,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		F.R.: 0 04 00
	04	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
110 000	GERAL			

Art. 2º. O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação				
04 01 01	AUTARQUIA - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO MIRANDÓPOLIS			
1	17.512.0260.2092.0000	ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	-350.000,00	
	3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		F.R.: 0 04 00
	04	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
110 000	GERAL			
2	17.512.0260.2092.0000	ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	1.347.000,00	
	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		F.R.: 0 04 00
	04	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
110 000	GERAL			
3	17.512.0260.2092.0000	ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	1.347.000,00	
	3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA OFSS		F.R.: 0 04 00
	04	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
110 000	GERAL			
4	17.512.0260.2092.0000	ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	1.347.000,00	
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO		F.R.: 0 04 00
	04	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
110 000	GERAL			
8	17.512.0260.2092.0000	ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	1.347.000,00	
	3.3.90.47.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS		F.R.: 0 04 00
	04	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
110 000	GERAL			
11	17.512.0260.2092.0000	ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	1.347.000,00	
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES		F.R.: 0 02 81
	04	RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
100 002	Convênios Estaduais			
Anulação (-)		-1.358.000,00		

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Mirandópolis, 05 de setembro de 2024.

EDERSON PANTALEÃO DE SOUZA
Prefeito

Publicada e registrada nesta Diretoria de Gestão Administrativa, data supra.

FLÁVIO AUGUSTO ANTÔNIO
Diretor de Gestão Administrativa



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE MIRANDÓPOLIS

Conforme Lei Orgânica

Segunda-feira, 11 de novembro de 2024

Ano VIII | Edição nº 1440

Página 7 de 10

DECRETO Nº 4051/2024

Remaneja recursos do orçamento vigente de 2024.

EDERSON PANTALEÃO DE SOUZA, Prefeito do Município de Mirandópolis, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 4º, da Lei nº 3213 de 05/12/2023 orçamento fiscal e de seguridade social para o exercício de 2024;

DECRETA:

Art. 1º Ficam remanejados na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2024.

Art. 2º A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 3213, de 05 de dezembro de 2023) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 03 de setembro de 2024.

Município de Mirandópolis, 29 de setembro de 2024.

EDERSON PANTALEÃO DE SOUZA

Prefeito

Publicada e registrada nesta Diretoria de Gestão Administrativa, data supra.

FLÁVIO AUGUSTO ANTÔNIO

Diretor de Gestão Administrativa

ANEXO

ACRÉSCIMOS

LOCAL: 02	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDÓPOLIS		
02 03 01	ENSINO INFANTIL		
Ficha: 53	12.365.0150.2113.0000	EDUCAÇÃO INFANTIL	40.000,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO		
LOCAL: 02	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDÓPOLIS		
02 03 02	ENSINO FUNDAMENTAL		
Ficha: 81	12.361.0160.2108.0000	ENSINO FUNDAMENTAL	50.000,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS		
Ficha: 82	12.361.0160.2108.0000	ENSINO FUNDAMENTAL	75.000,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS		
LOCAL: 02	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDÓPOLIS		
02 03 03	FUNDEB		
Ficha: 85	12.361.0160.2107.0000	ENSINO FUNDAMENTAL	426.000,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO		
Ficha: 87	12.361.0160.2107.0000	ENSINO FUNDAMENTAL	995.000,00

4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PER		
Ficha: 90	12.361.0160.2115.0000	ENSINO FUNDAMENTAL	50.000,00
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - P		
LOCAL: 02	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDÓPOLIS		
02 03 04	EDUCAÇÃO GERAL		
Ficha: 110	12.122.0170.2008.0000	ASSISTENCIA EDUCACIONAL	10.000,00
3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM L		
LOCAL: 02	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDÓPOLIS		
02 06 01	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER		
Ficha: 145	27.812.0190.2125.0000	ATIVIDADES ESPORTIVAS E TURIS	1.000,00
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - P		
LOCAL: 02	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDÓPOLIS		
02 09 01	DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS		
Ficha: 176	15.452.0200.2127.0000	SERVIÇOS MUNICIPAIS	210.000,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS		
LOCAL: 02	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDÓPOLIS		
02 10 01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Ficha: 206	10.301.0210.2129.0000	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	410.000,00
3.2.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS		
Ficha: 251	10.302.0210.2187.0000	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	48.500,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS		
Ficha: 260	10.305.0210.2132.0000	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	15.000,00
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - P		
Ficha: 487	10.301.0210.2204.0000	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	400.000,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO		
LOCAL: 02	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDÓPOLIS		
02 11 01	DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Ficha: 281	08.122.0250.2180.0000	GESTÃO E APOIO A ASSISTÊNCIA	20.000,00
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - P		
Ficha: 485	08.122.0250.2173.0000	GESTÃO E APOIO A ASSISTÊNCIA	5.000,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS		
LOCAL: 02	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDÓPOLIS		
02 11 02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Ficha: 309	08.244.0250.2157.0000	GESTÃO E APOIO A ASSISTÊNCIA	31.000,00
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS		
Ficha: 334	08.244.0250.2158.0000	GESTÃO E APOIO A ASSISTÊNCIA	2.000,00
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PER		

Para conferir o original, acesse: <https://www.dioe.com.br/verificador/6e63-a378-d36f-f7bf-9a>



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE MIRANDÓPOLIS

Conforme Lei Orgânica

Segunda-feira, 11 de novembro de 2024

Ano VIII | Edição nº 1440

Página 8 de 10

LOCAL: 02	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDÓPOLIS		
02 12 01	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO		
Ficha: 364	20.605.0220.2133.0000	ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO	1.000,00
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PER		
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES		2.789.500,00	

ANEXO

REDUÇÕES

LOCAL: 02	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDÓPOLIS		
02 03 01	ENSINO INFANTIL		
Ficha: 52	12.365.0150.2113.0000	ENSINO INFANTIL	-40.000,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO		

LOCAL: 02	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDÓPOLIS		
02 03 02	ENSINO FUNDAMENTAL		
Ficha: 68	12.361.0160.2107.0000	ENSINO FUNDAMENTAL	-75.000,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS		
Ficha: 71	12.361.0160.2107.0000	ENSINO FUNDAMENTAL	-1.421.000,00
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES		
Ficha: 83	12.361.0160.2108.0000	ENSINO FUNDAMENTAL	-50.000,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS		

LOCAL: 02	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDÓPOLIS		
02 03 03	FUNDEB		
Ficha: 89	12.361.0160.2115.0000	ENSINO FUNDAMENTAL	-50.000,00
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS		

LOCAL: 02	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDÓPOLIS		
02 03 04	EDUCAÇÃO GERAL		
Ficha: 108	12.122.0170.2008.0000	ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL	-10.000,00
3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA O		

LOCAL: 02	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDÓPOLIS		
02 06 01	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER		
Ficha: 148	27.812.0190.2125.0000	ATIVIDADES ESPORTIVAS E TURISTI	-1.000,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO		

LOCAL: 02	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDÓPOLIS		
02 09 01	DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS		
Ficha: 187	15.452.02.00.2172.0000	SERVIÇOS MUNICIPAIS	-100.000,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO		
Ficha: 188	15.452.02.00.2172.0000	SERVIÇOS MUNICIPAIS	-110.000,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS		

LOCAL: 02	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDÓPOLIS		
-----------	--------------------------------------	--	--

02 10 01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Ficha: 230	10.301.0210.2182.0000	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	-180.000,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO		
Ficha: 231	10.301.0210.2182.0000	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	-92.000,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS		
Ficha: 235	10.301.0210.2184.0000	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	-600.000,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS		
Ficha: 250	10.302.0210.2187.0000	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	-48.500,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO		
Ficha: 472	10.305.0210.2193.0000	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE	-15.000,00
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - P		

LOCAL: 02	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDÓPOLIS		
02 11 01	DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Ficha: 276	08.122.0250.2173.0000	GESTÃO E APOIO A ASSISTÊNCIA	-5.000,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO		
Ficha: 277	08.122.0250.2173.0000	GESTÃO E APOIO A ASSISTÊNCIA	-31.000,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS		

LOCAL: 02	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDÓPOLIS		
02 11 02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Ficha: 288	08.241.0250.2137.0000	GESTÃO E APOIO A ASSISTÊNCIA	-20.000,00
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS		
Ficha: 353	08.244.0250.2197.0000	GESTÃO E APOIO A ASSISTÊNCIA	-2.000,00
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PER		

LOCAL: 02	PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANDÓPOLIS		
02 12 01	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO		
Ficha: 365	20.605.0220.2133.0000	ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO	-1.000,00
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PER		
TOTAL DAS ANULAÇÕES		- 2.789.500,00	

DECRETO Nº 4058 / 2024

Remaneja recursos do orçamento vigente de 2024.

EDERSON PANTALEÃO DE SOUZA, Prefeito do Município de Mirandópolis, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 25, da Lei nº 3213 de 05/12/2023 orçamento fiscal e de seguridade social para o exercício de 2024;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam remanejados na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE MIRANDÓPOLIS

Conforme Lei Orgânica

Segunda-feira, 11 de novembro de 2024

Ano VIII | Edição nº 1440

Página 9 de 10

Orçamentária Anual para o exercício de 2024.

Art. 2º - A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 3213, de 05 de dezembro de 2023) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Mirandópolis, 07 de novembro de 2024.

EDERSON PANTALEÃO DE SOUZA

Prefeito

Publicada e registrada nesta Diretoria de Gestão

Administrativa, data supra.

FLAVIO AUGUSTO ANTONIO

Diretor de Gestão Administrativa

ANEXO

ACRÉSCIMOS

LOCAL: 04	AUTARQUIA - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO MIRANDÓPOLIS		
04 01 01	AUTARQUIA - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO MIRANDÓPOLIS		
Ficha: 6	17.512.0260.2092.0000	ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE ÁGUA	6.000,00
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO		
Ficha: 7	17.512.0260.2092.0000	ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE ÁGUA	80.000,00
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO		
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES			86.000,00

ANEXO

REDUÇÕES

LOCAL: 04	AUTARQUIA - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO MIRANDÓPOLIS		
04 01 01	AUTARQUIA - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO MIRANDÓPOLIS		
Ficha: 4	17.512.0260.2092.0000	ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE ÁGUA	-30.000,00
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO		
Ficha: 9	17.512.0260.2092.0000	ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE ÁGUA	-16.000,00
3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		
Ficha: 12	17.512.0260.2092.0000	ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE ÁGUA	-40.000,00
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES		
TOTAL DAS ANULAÇÕES			- 86.000,00

Licitações e Contratos

Extrato

EXTRATO DO QUARTO TERMO DE ADITAMENTO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 66/2020 - CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MIRANDÓPOLIS - CONTRATADA: **SOLUTIONS - SOLUÇÕES EM GESTÃO PÚBLICA EIRELI** - PROCESSO ADMINISTRATIVO 5065/2020 - CONVITE N.º. 07/2020 - OBJETO CONTRATADO: Prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria na área de licitações e contratos. OBJETO DO ADITAMENTO: Prorrogação do prazo de vigência contratual, que vencerá em 02.10.2024, para mais 12 (doze) meses, ou seja, até 02.10.2025. - VALOR TOTAL: R\$ 60.443,04 - DATA DE ASSINATURA: 01 de Outubro de 2024.

Homologação / Adjudicação

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 17319/2.024 - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 74/2.024 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2.024 - EDITAL N.º 20/2.024 - **TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO** - Ederson Pantaleão de Souza, Prefeito do Município de Mirandópolis, no uso de suas atribuições legais e considerando a regularidade do procedimento, resolve, por bem, ADJUDICAR E HOMOLOGAR o Processo Administrativo nº 17319/2024, Processo Licitatório nº 74/2024, na modalidade Pregão Eletrônico nº 18/2024, que tem por objeto a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, que serão destinados para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Mirandópolis; relativos à Emenda Parlamentar - nº 202237170001, Processo SEI 71000026318202282, Secretaria Nacional de Assistência Social, Ministério da Cidadania, em favor das empresas: LANÇA PRODUTOS - COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME - CNPJ: 44.258.379/0001-00 - Item: 03; TELES ASSIS VENDAS CONSULTÓRIA E REPRESENTAÇÕES LTDA. ME - (49.927.786 BRUCE WILLIAM TELES DE ASSIS) - CNPJ: 49.927.786/0001-86 - Item: 06. Ficam as empresas acima mencionadas, convocadas a comparecerem ao Departamento de Compras e Licitações, sita à Rua das Nações Unidas, nº. 400, Centro, Mirandópolis-SP, a fim de assinarem os respectivos Termos de Contrato. Mirandópolis, 08 de novembro de 2.024. Ederson Pantaleão de Souza - Prefeito.

Vigilância Sanitária

Comunicados

Despachos da Coordenadora Referentes ao mês de Novembro de 2024.

Comunicado de deferimento de renovação de Licença Sanitária do estabelecimento com CNAE de atividade: 4712-1/00 Comercio varejista de mercadorias em geral,



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE MIRANDÓPOLIS

Conforme Lei Orgânica

Segunda-feira, 11 de novembro de 2024

Ano VIII | Edição nº 1440

Página 10 de 10

com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns - Protocolo: 138/24 - MIRA Data de protocolo: 07/11/2024, Razão Social: GIOVANA AMANDA DE CARVALHO - endereço: Dois n 110, bairro: segunda aliança- Mirandópolis - SP, Responsável legal: GIOVANA AMANDA DE CARVALHO -CPF:4413548918. Coordenadora da Vigilância Sanitária defere a solicitação acima dos termos da portaria CVS 11/202

Mariana Xavier Morais Amaral
COORDENADORA VISA

.....



VERSÃO PARA IMPRESSÃO

Código Verificador: 6e63-a378-d36f-f7bf-9a



Este documento é representação para impressão e cópia do original eletrônico do Diário Oficial do Município de Mirandópolis (SP), Edição nº 1440, ano VIII, veiculado em 11 de novembro de 2024.



O documento original foi assinado digitalmente por EDERSON PANTALEAO DE SOUZA (CPF ***452678**) em 11/11/2024 às 08:59:23 (GMT -03:00).

Certificado digital ICP-Brasil emitido por AC ONLINE RFB v5 | Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, do tipo A1.

Para conferir o original, acesse:

<https://www.dioe.com.br/verificador/6e63-a378-d36f-f7bf-9a>